



CARTA JOVEM

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2022







CARTA JOVEM FNAJ

Exmo./a. Senhor/a Candidato/a às Eleições Legislativas de 2022,

A atual jovem geração que se assume como mais plural, inclusiva e defensora de uma igualdade de oportunidades, exige da democracia e dos seus agentes políticos processos mais participativos, transparentes e próximos dos cidadãos e das cidadãs. É esta geração nativa digital e menos conservadora, que assumiu para si a missão maior de uma vida, fazer deste um mundo melhor, que advoga por medidas e compromissos em linha com os desafios do mundo moderno – transição ecológica e digital e o desafio demográfico – e por uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual cada um e cada uma possa realizar o seu projeto de vida e ser feliz.

A FNAJ, com base na sua **Agenda para a Inovação das Políticas de Juventude**, um documento revolucionário que corporiza um plano de ação e intervenção ambicioso e realista que integra os **“25 Objetivos da Juventude Portuguesa”**, desafia todas e todos os/as candidatos/as às eleições legislativas de 2022 a estabelecer um **compromisso nacional para a juventude**.

A **Carta Jovem FNAJ**, composta por 8 grandes prioridades para a juventude de um conjunto maior de medidas plasmadas nos “25 Objetivos da Juventude Portuguesa”, partiu da auscultação ativa do movimento associativo juvenil e da juventude na **Cimeira Atlântica Associativismo e Juventude**, realizada em novembro de 2021, na Madeira, que contou com mais de 200 jovens de todos os distritos e regiões autónomas, com o fim último de reunir todas as visões e ideias de jovens de meios rurais e urbanos, de várias idades e de ambos os sexos, fazendo deste um documento abrangente e representativo da juventude de Portugal.

Assim, só os programas eleitorais que contiverem a esmagadora maioria das propostas que apresentamos se poderão afirmar amigos da juventude e comprometidos com a participação, emancipação e causas das jovens e dos jovens portugueses.

Tiago Manuel Rego

Presidente da Direção FNAJ





COMPROMISSO NACIONAL PARA A JUVENTUDE

1.

Aplicar um Simplex Jovem para um melhor serviço público para a Juventude

Criação de uma estratégia nacional com vista a reforçar a relação da juventude com o Estado e a mitigar as barreiras à participação jovem - reforço de instrumentos de informação e partilha de oportunidades, redução da burocracia na constituição de associações de jovens e simplificação da linguagem jurídica e formal - e ao acesso dos/das jovens aos seus direitos consagrados no Artigo 70.º da Constituição da República Portuguesa.

DIREITOS

2.

Definir a idade jovem até aos 35 anos

Garantia do acesso a todos os programas, medidas e leis a jovens até aos 35 anos, face à emancipação cada vez mais tardia da juventude, tendo no acesso à habitação, na taxa de desemprego e de natalidade os maiores indicadores. A média de idades de saída de casa dos países na União Europeia subiu para os 26,4 anos em 2020 e Portugal atingiu os 30 anos.

INCLUSÃO

3.

Criar uma Comissão Parlamentar para a Justiça e Solidariedade Intergeracional

Implementação de um órgão consultivo para a sustentabilidade que auxilie a Assembleia da República nas decisões de médio e longo prazo, servindo também para monitorizar e avaliar a equidade nas respostas do Estado a todas as faixas etárias da população, garantindo a sustentabilidade do Estado Social.

SUSTENTABILIDADE

4.

Conceber uma Secretaria de Estado para a Juventude

Criação de uma tutela própria para as políticas de juventude, separando o Desporto e a Juventude, traduzida numa pasta governamental autónoma para a Juventude, na recriação do Instituto Português da Juventude e na definição de uma rubrica no Orçamento de Estado dedicada em exclusivo à juventude, assumindo as políticas para o setor como uma prioridade na ação governativa.

AUTONOMIA



5.

Criar uma Agenda Nacional para a Emancipação Condigna da Juventude

Concertação de uma estratégia nacional com políticas transversais, intersetoriais e multinível para as jovens gerações com particular incidência na educação, habitação, emprego, natalidade e mobilidade em linha com os objetivos, necessidades e ambições da Juventude Portuguesa.

EMANCIPAÇÃO

6.

Reforçar o Diálogo Jovem

Criação e otimização de espaços de participação - obrigar a instalação de Conselhos Municipais de Juventude onde estes ainda não existam - estratégias sustentáveis para a juventude assentes em processos de co-gestão, co-execução e co-criação de políticas - implementar uma co-gestão no IPDJ - e no princípio da representação, valorizando o associativismo juvenil enquanto portador privilegiado da capacidade intervintiva das novas gerações.

DEMOCRACIA

7.

Apoiar o Associativismo e o Voluntariado Jovem

Ativação da juventude para a participação através do associativismo e do voluntariado, reforçando a eficácia e eficiência das associações juvenis, por meio do reforço dos programas de apoio e do reconhecimento do mérito e impacto social deste movimento, traduzido em benefícios fiscais, valorização do voluntariado e ponderação das especificidades dos territórios em todas as medidas para o setor.

ASSOCIATIVISMO

8.

Implementar os “Objetivos da Juventude Portuguesa”

Adoção das causas e prioridades da atual jovem geração, vertidas nos eixos e nas medidas de cada um dos 25 Objetivos da Juventude Portuguesa da FNAJ, que têm por base políticas de juventude centradas no conceito de cidadania.

AUTODETERMINAÇÃO

OBJETIVOS DA JUVENTUDE PORTUGUESA FNAJ

PILAR | EMANCIPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO JOVEM

EIXOS



1 DIREITOS DA JUVENTUDE

- Promover o acesso dos/as jovens aos seus direitos (Artigo 70º da Constituição da República Portuguesa).
- Reforçar mecanismos de promoção da iniciativa e participação jovem.
- Eliminar as barreiras formais dos/as jovens aos seus direitos.

AÇÕES / MEDIDAS

- Otimização dos espaços públicos dirigidos à juventude (espaços do IPDJ e municipais, p. ex.), adaptando-os às exigências atuais e criando locais dedicados à tecnologia, experimentação e informação.
- Reforço de instrumentos que garantam o acesso dos/as jovens à informação e às suas oportunidades.
- Desburocratização de processos e simplificação da linguagem de comunicação e contacto com os/as jovens, na sua maioria jurídica e formal, constituindo-se como uma barreira dos/as jovens aos seus direitos.
- Criação do conceito de “Balcão Jovem”, em todo o país, para a promoção da literacia jurídica, laboral e financeira, garantindo o acesso à informação, capacitação e conhecimento da juventude sobre os seus direitos e deveres.

EIXOS



2 ACESSO À HABITAÇÃO

- Potenciar a autodeterminação da juventude.
- Incentivar o arrendamento jovem.
- Agilizar o processo/programas de aquisição do primeiro imóvel.

AÇÕES / MEDIDAS

- Criação de um instrumento de política fiscal de discriminação positiva que incentive o arrendamento jovem com vantagens para os/as proprietários/as.

- Incentivo à aquisição do primeiro imóvel por jovens, através da redução ou isenção de taxas, licenças e impostos municipais e nacionais.
- Combate à especulação imobiliária de zonas urbanas e rurais através do investimento no Parque Habitacional Público, por via dos municípios, com foco para a reabilitação de edifícios devolutos com o fim de o disponibilizar com rendas controladas a jovens.
- Criação de um mecanismo de cotas destinadas a jovens em novas habitações construídas, garantindo que um novo edificado só pode ser licenciado se 10% desse imóvel for vendido a preços controlados a jovens famílias.

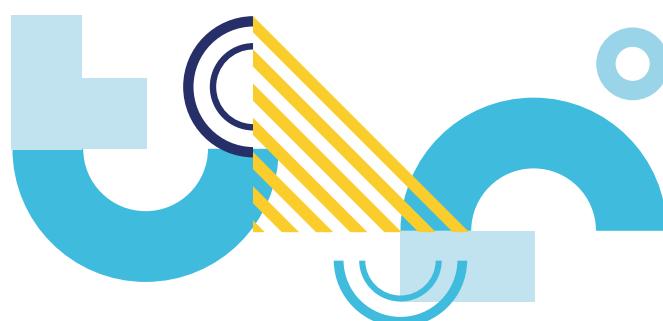
EIXOS



3 TRABALHO DIGNO

AÇÕES / MEDIDAS

- Aposta em estágios profissionais obrigatórios no Ensino Superior (componente prática).
- Criação de bolsas de estágio no Estado para a aquisição de competências profissionais e curriculares, promovendo a empregabilidade de recém-licenciados/as.
- Valorização de jovens com percursos associativos e cívicos reveladores de uma participação ativa e plena bem como de *soft skills* desenvolvidas nestes contextos, nos estágio e na contratação para a administração pública.
- Incentivo à contratação de jovens recém-licenciadas/os pelas empresas, através de benefícios fiscais.
- Otimização da resposta às jovens gerações do Instituto do Emprego e Formação Profissional I.P., reduzindo a burocracia, a linguagem jurídica e preparando as pessoas jovens para entrevistas de emprego, a construção de currículos criativos e apelativos e a gestão de emoções e expectativas num primeiro emprego, com ajuda especializada de um/a psicólogo/a.
- Reforço de programas de apoio à contratação de jovens NEET.





4 NATALIDADE E DIREITO À FAMÍLIA

EIXOS

- Promover a parentalidade em detrimento da maternidade e incentivos à natalidade.
- Defender o direito à conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.
- Reconhecer e valorizar empresas amigas da família.

AÇÕES / MEDIDAS

- Combater os estigmas da parentalidade (papeis de género).
- Criação de sessões de apoio e terapia familiar gratuitas para jovens (estrutura e gestão familiar).
- Investimento em creches públicas e aumento dos abonos de família e licenças de parentalidade.
- Atribuição de benefícios fiscais às empresas que promovam a flexibilidade de horário, a redução progressiva da jornada de trabalho e a possibilidade de teletrabalho às jovens famílias.
- Viabilizar apoios para tratamentos de fertilidade a jovens casais.
- Gratuidade das sessões de apoio e terapia familiar para jovens famílias, fortalecendo a estrutura e gestão familiar.
- Criação de creches e jardins de infância gratuitos ou públicos, geridos pelo Estado.
- Promoção de mecanismos que visem o cuidado, bem como o acolhimento e a reutilização interfamiliar de recursos para bebés e crianças através de um “cabaz bébé”.
- Criação de tarifas familiares de luz, água e gás, ajustadas aos rendimentos e número de filhos por agregado familiar jovem.



5 ASSOCIATIVISMO, VOLUNTARIADO E ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO JOVEM

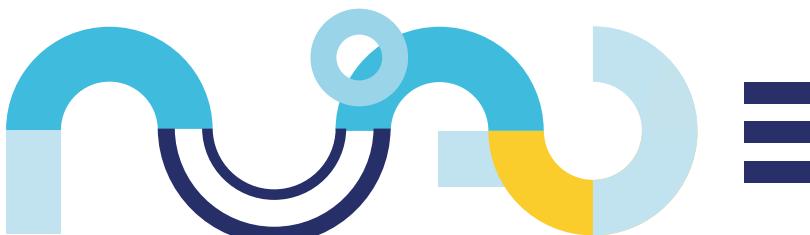
EIXOS

- Incentivar a participação jovem por via do associativismo juvenil e do voluntariado reforçando o apoio ao setor.
- Valorizar o trabalho voluntário, realizado pelos/as jovens nas associações juvenis, nas empresas e instituições
- Criar e otimizar espaços e ferramentas de participação jovem (Conselhos Municipais de Juventude, Planos Municipais de Juventude, Orçamento Participativo, etc.)

AÇÕES / MEDIDAS

- Criação de gabinetes de participação e voluntariado nas escolas e municípios interligados para o apoio e estímulo à participação dos/as jovens, por meio do associativismo e voluntariado jovem.
- Implementação nas escolas, empresas e municípios de um requisito mínimo de horas de voluntariado em instituições da sociedade civil e associações (à semelhança ou rentabilizando as horas de formação já obrigatórias nas empresas).

- Criação de redes de partilha de informação, de boas práticas e de criação de sinergias, tendo por base as agendas nacionais, europeias e mundiais, para a boa gestão de espaços de participação jovem, recorrendo ao *smart and digital youth work* como estratégias inovadoras de comunicação e envolvimento de jovens, integrando novos tipos de participação (ex.: ciberativismo, crítica humurística, arte, etc.).
- Implementação de uma real e efetiva co-gestão no Instituto Português do Desporto e da Juventude entre o seu conselho diretivo e as duas organizações nacionais representativas dos/as jovens e das suas associações.
- Criação de um fundo de apoio para a retoma associativa do movimento associativo juvenil, para o estímulo à ação associativa e para o reforço financeiro das organizações de juventude, debilitadas pela desmobilização de jovens e endividamento com custos fixos da estrutura provocados pelo condicionamento de grande parte das suas atividades no ano 2020 e 2021.
- Reforço dos programas de apoio infraestruturais para o associativismo juvenil, nomeadamente para a reabilitação e otimização de espaços físicos e para a sua digitalização através da aquisição de equipamento tecnológicos e plataformas digitais para o desenvolvimento de *smart and digital youth work*, fundamental para comunicar e envolver jovens nativos digitais.
- Determinação de isenções e benefícios fiscais para as associações juvenis – tal como a devolução do IVA em sede de investimentos em infraestruturas e equipamentos (já aplicados a estruturas do Terceiro Setor como as IPSS).
- Reforço do Estatuto de Dirigente Associativo, reconhecendo o trabalho associativo voluntário desenvolvido pelos/as dirigentes e valorizando a aquisição de competências, em contextos de educação não formal, majorando em sede de programas do Governo para a juventude.
- Ponderação positiva de territórios de baixa densidade de jovens em programas de apoio à juventude, majorando as associações das comunidades drasticamente afetadas pela demografia e valorizando a igualdade de oportunidades que estas assumem.
- Preservação da relevância das associações juvenis e estudantis na distribuição dos fundos para a Juventude, face às associações não juvenis e de caráter juvenil, estabelecendo um mecanismo eficaz e eficiente de fiscalização da manutenção do estatuto de associação de caráter juvenil, que compete à Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto.
- Fiscalização dos promotores e destinatários das associações juvenis. Atualmente há dezenas de associações juvenis com âmbito estudantil - tunas académicas e núcleos estudantis – e desportivo – clubes – que deveriam ser enquadradas na categoria de associações de estudantes e clubes desportivos, respetivamente, face aos promotores e aos destinatários das mesmas, não permitindo um duplo financiamento.





6 DEMOCRACIA TRANSPARENTE E LITERACIA POLITICA

EIXOS

- Desmistificar e educar para a política.
- Encetar um eficaz diálogo estruturado entre os/as jovens e os/as decisores/as políticos/as.
- Incentivar ao voto e à participação cívica e política de jovens.

AÇÕES / MEDIDAS

- Capacitação e informação das camadas jovens sobre o sistema político (partidos, órgãos e funcionamento) na componente de cidadania e desenvolvimento nas escolas.
- Promoção e efetivação de ferramentas de cogestão entre jovens e poder político, local e nacional.
- Criação ou otimização de fóruns de juventude para uma auscultação direta e permanente de jovens sobre as suas necessidades e objetivos.
- Advogar o direito de voto aos 16 anos em coexistência com uma real e efetiva literacia jurídica em contexto escolar.
- Desenvolvimento de um mecanismo digital de prestação de contas dos mandatos políticos e governativos de forma a promover a transparência que as pessoas jovens exigem, aproximando-as da política.

PILAR | EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO



7 ESCOLA DO FUTURO

EIXOS

- Reinventar e adaptar as salas de aula ao desafio digital.
- Explorar novas profissões e apostar na aprendizagem ao longo da vida.
- Envolver as forças vivas da sociedade no espaço escolar.

AÇÕES / MEDIDAS

- Potenciar a evolução do espaço da sala de aula para o domínio presencial e digital no qual se promova o debate e partilha de conhecimento e não apenas a exposição de conteúdos.
- Apostar numa qualificação de grande amplitude para promover a capacidade de adaptação de jovens a diferentes e emergentes empregos.
- Criação de um modelo de escolas comunitárias.
- Desenvolvimento de modelos híbridos de ensino e capacitação para novos perfis de alunos/as e professores/as, em linha com as competências digitais e soft skills.



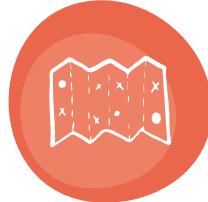
8 VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL (ENF)

EIXOS

- Validar a ENF como metodologia de empoderamento e capacitação de jovens.
- Desenvolver competências (*soft skills*), através da ENF, em contexto escolar, reforçando a ideia de complementaridade com a educação formal (consolidação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania).
- Reconhecer, ao nível social, profissional, formal e político, as competências adquiridas em contexto associativo, por via da ENF, no acesso ao ensino e ao mercado de trabalho.

AÇÕES / MEDIDAS

- Capacitação para o desenvolvimento das *soft skills*, através da ENF, no currículo escolar.
- Criação e otimização de um mecanismo universalmente reconhecido de validação das *soft skills*, assentes nas ferramentas de participação digital, co-responsabilização, diálogo intergeracional e pensamento crítico.
- Valorização da experiência cívica dos/as jovens no acesso a postos de trabalho do Estado.
- Majoração da nota de acesso ao ensino superior, como já acontece com a preferência regional e contingentes especiais, de jovens com experiência cívica, por meio do associativismo e voluntariado.



9 CIÊNCIA, EMPREENDEDORISMO E INICIATIVA JOVEM

EIXOS

- Incentivar a criação de projetos empreendedores.
- Promover competências de empreendedorismo no contexto escolar.
- Valorizar o potencial criativo e poder de inovação social das jovens gerações.

AÇÕES / MEDIDAS

- Criação de uma componente pedagógica de Empreendedorismo Jovem explorada nas escolas, transversal a todas as disciplinas.
- Criação do estatuto do/a estudante-empreendedor/a para incentivar e valorizar a iniciativa jovem nas escolas.
- Desenvolvimento de espaços de mentoria e aceleração de projetos jovens nas escolas e municípios - *Hubs Criativos, Youth Markerspace e Fablabs* -, com equipamentos tecnológicos avançados que permitam aos/às jovens conhecer, explorar, criar, partilhar, aprender e desenvolver competências tecnológicas, criativas e empreendedoras.
- Implementação de um Concurso Nacional de Empreendedorismo para Jovens, permitindo alavancar ideias de negócio e apoiar futuros/as jovens empresários/as, assente numa estratégia nacional para o empreendedorismo.



- Constituição de espaços inovadores e reforço do financiamento dos programas de apoio à ação associativa e à capacitação tecnológica face à atual transição digital com recurso à aplicação de metodologias de *smart and digital youth work*.
- Investimento nas carreiras científicas de jovens investigadores/as, integrando-os/as na Administração Pública, criando incentivos e condições de estabilidade profissional.

EIXOS



10 LITERACIA FINANCEIRA E LABORAL

- Promover o conhecimento sobre o sistema de gestão financeiro pessoal e profissional.
- Abordar os direitos laborais antes da entrada no mercado de trabalho.

AÇÕES / MEDIDAS

- Implementação de campanhas de informação sobre direitos do trabalho para impedir abusos e empregos precários.
- Debate e discussão, na componente de Cidadania e Desenvolvimento nas escolas, de conteúdos sobre direitos e deveres laborais (obrigações fiscais, apoios e subsídios) e fiscais (IRS, créditos, empréstimos, linguagem fiscal, contas bancárias).

EIXOS



11 INFORMAÇÃO VERDADEIRA

- Combater o discurso do ódio nas plataformas digitais.
- Promover o pensamento crítico jovem como mecanismo de combate às fake news.

AÇÕES / MEDIDAS

- Debate e discussão na componente de cidadania e desenvolvimento nas escolas de conteúdos atuais e informativos.
- Capacitação jovem para a aquisição de métodos de investigação e pesquisa de informação verdadeira, nos planos pedagógicos das escolas.
- Acesso gratuito da juventude a um jornal ou revista de informação (online ou papel).



PILAR | IGUALDADE E COESÃO SOCIAL


12 IGUALDADE E
INTER -
SECCIONALIDADE

EIXOS

- Alcançar uma igualdade de género e igualdade de direitos para pessoas LGBTQI+.
- Combater os estereótipos, preconceitos e discriminação.

AÇÕES / MEDIDAS

- Inclusão de profissionais de psicologia nas consultas de planeamento familiar que abordem, entre outros tópicos, as questões e os papéis de género.
- Eliminação de boletins infantis binários (azul para rapazes e rosa para as raparigas).
- Diminuição da segregação no acesso às profissões e no ingresso em cursos do ensino profissional e superior.
- Desmistificação de preconceitos e estereótipos de forma preventiva no sistema educativo, de forma inclusiva e diversa, desde a primeira infância.
- Proibição de "terapias de reorientação sexual".
- Introdução da Identidade de Género, da Expressão de Género e das Características sexuais no Artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa.
- Promoção de maiores acessos aos cuidados de saúde pelas pessoas trans no Sistema Nacional de Saúde, que passa pela descentralização dos serviços e capacitação de profissionais de saúde.
- Alargar a licença de parentalidade, cuja conciliação entre os pais deve ser intransmissível, de forma a garantir a efetiva paridade e o direito à maculinidade cuidadora.


13 RESPEITO PELA
DIFERENÇA E
PLURALIDADE

EIXOS

- Promover os Direitos Humanos junto das camadas jovens.
- Efetivar uma real igualdade de oportunidades.
- Promover o exercício de uma cidadania ativa e construção de uma cultura de paz e não-violência.

AÇÕES / MEDIDAS

- Promoção da inclusão social e alcance da equidade de jovens neurodivergentes e/ou com deficiência intelectual, sensorial ou motora, reconhecendo e potenciando as suas capacidades.
- Desconstrução do racismo sistémico, do populismo e dos extremismos na componente Cidadania e Desenvolvimento nas escolas.
- Criação de legislação, fiscalização e punição de situações de discriminação de minorias étnicas e migrantes no acesso à habitação, ao emprego ou à educação, para que lhes sejam garantidos os seus direitos.



14 EQUIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

EIXOS

- Reduzir as desigualdades pessoais e laborais para as pessoas jovens e famílias mais vulneráveis.
- Apostar na criação de oportunidades para os/as jovens NEET.
- Reforçar políticas de juventude para a inclusão e não discriminação.

AÇÕES / MEDIDAS

- Criação de redes solidárias de vizinhança com organizações estatais e não-governamentais com respostas imediatas para as necessidades jovens.
- Reforço do acesso de jovens e famílias em situação de particular vulnerabilidade socioeconómica a medidas que melhorem as condições habitacionais (atribuindo "cheques-obra" para aquecimento e comodidades), que garantam uma igualdade de oportunidades na educação, enquanto elevador social (reconhecendo o mérito e a justiça na atribuição de mais bolsas de estudo, mais alojamento estudantil e de um "cheque digital" para a transição tecnológica das escolas) e que permitam uma saúde de qualidade nomeadamente a jovens com necessidades especiais, por via da deficiência, doença mental ou outra (garantindo o acesso de forma gratuita a uma rede de apoio educativo e de cuidados de saúde, reconhecendo ainda o estatuto de cuidador informal para a pessoa responsável pela ou pelo jovem).
- Promoção da desconstrução de estereótipos e preconceitos sociais na componente Cidadania e Desenvolvimento nas escolas.



15 DESENVOLVIMENTO RURAL

EIXOS

- Apostar na mobilidade inteligente, sustentável e jovem entre as urbes e o mundo rural.
- Promover a descentralização geográfica na fixação de postos de trabalho, de serviços e instituições.
- Valorizar as potencialidades endógenas dos territórios.

AÇÕES / MEDIDAS

- Criação de uma rede de internet e telecomunicações capaz de gerar emprego no plano digital (emprego nómada e teletrabalho), dissolvendo o conceito de periferias através de um plano digital acessível e universal em todo o território, potenciando e valorizando as localidades do interior pela sua qualidade de vida como ponto diferenciador e atrativo.
- Reforço de programas de capacitação e promoção dos recursos endógenos das regiões rurais, gerando maior atratividade nos territórios.
- Promoção da mobilidade de jovens do interior e do litoral, através de um programa nacional de intercâmbio para o movimento associativo juvenil, fomentando a descoberta do território e o contacto com as vantagens e adversidades de parte a parte, com vista a ativar a população jovem para a resolução de problemas e a criação de ideias inovadoras para os territórios.



PILAR | ECOLOGIA, TECNOLOGIA E INCLUSÃO



16 TRANSIÇÃO ECOLÓGICA, DIGITAL E INCLUSIVA

EIXOS

- Apostar numa economia e tecnologia verde, que combatá a crise climática, de recurso e da biodiversidade.
- Promover uma evolução tecnológica inclusiva e segura (cibersegurança).
- Regulamentar os direitos digitais.

AÇÕES / MEDIDAS

- Incentivos fiscais a empresas amigas do ambiente, premiando ações benévolas como a não produção de plástico virgem, apostando na reciclagem e recuperação eficaz do plástico existente, entre outras medidas.
- Garantia da existência de opções de consumo sustentáveis em detrimento de caminhos mais poluentes, permitindo a possibilidade de escolha consciente e informada, combatendo o greenwashing.
- Capacitação de infoexcluídos/as, através de parcerias com associações de jovens, nativos digitais, e do desenvolvimento de um novo programa de capacitação digital nas escolas, destinado a estudantes e professores/as.
- Reforço da resposta dos serviços públicos através de plataformas online ágeis e intuitivas.
- Investimento na transição para o 5G, com tecnologia europeia, garantindo a sua implementação universal em todo o território e segurança dos/das utilizadores/as.
- Otimização da legislação sobre os direitos e deveres no universo digital (Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital).
- Garantir o acesso gratuito à internet pelos estudantes apostando num serviço gratuito para a juventude ou numa rede wi-fi em todo o território e transportes públicos.
- Criação de uma tarifa social de acesso à internet para jovens famílias promovendo um acesso igualitário à rede de internet de uma geração nativa digital.
- Desenvolvimento das competências digitais e de programação em contexto escolar reforçando o apoio à literacia digital e ao igual acesso a equipamentos tecnológicos nas escolas.





17 COMBATE À OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

EIXOS

- Promover a economia circular.
- Combater o consumismo.
- Lutar pelo direito à reparação de equipamentos eletrónicos, reduzindo o e-waste.

AÇÕES / MEDIDAS

- Obrigação às empresas para o aumento do ciclo de vida dos produtos, estendendo o seu prazo de garantia, definindo tempos de vida mínimos para os equipamentos elétricos e eletrónicos.
- Criação de uma legislação sobre o direito à reparação de equipamentos tecnológicos, promovendo uma tecnologia modular.



18 PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DIREITOS DOS ANIMAIS

EIXOS

- Proteger os ecossistemas marinho e terrestre.
- Promover os Direitos dos Animais.
- Envolver a juventude de forma séria, plena e transparente na construção das medidas concretas para o futuro verde do planeta.

AÇÕES / MEDIDAS

- Desenvolvimento de campanhas de consciencialização da população com ações diretas de intervenção local e de divulgação do impacto ecológico da ação humana nos ecossistemas.
- Apostar em projetos inovadores desenvolvidos por jovens de preservação e proteção do ambiente, nomeadamente na recolha de plástico do mar e rios e de prevenção de incêndios e reflorestação, através de parcerias com organizações de juventude locais.
- Criação de legislação assente na defesa de direitos que garantam a segurança e a proteção dos animais e que erradiquem comportamentos de violência e abusos.





19 ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

EIXOS

- Promover a diversidade de dietas e o acesso universal a água potável.
- Combater o desperdício alimentar e a obesidade.
- Criar medidas que permitam o poder de optar por uma via ecológica.

AÇÕES / MEDIDAS

- Criação de incentivos ou redução de impostos às grandes superfícies e supermercados que adotem a venda de produtos a granel.
- Reforço das redes de reaproveitamento alimentar do setor da restauração e garantir o acesso universal a água potável através de bebedouros públicos e escolares e da isenção do custo de um copo de água da torneira.
- Disponibilizar um acompanhamento nutricional equilibrado às crianças do primeiro e segundo ciclo, garantindo uma alimentação sustentável, saudável e justa.
- Disponibilização de uma maior diversidade de dietas nas cantinas escolares e sensibilização para o consumo regular de fruta nas escolas.
- Assegurar o acesso de jovens a consultas de nutrição nas escolas para a promoção de uma alimentação mais saudável e para prevenção da obesidade infantil/jovem.
- Criação de vouchers (“cheque sustentável”) para que as camadas jovens possam ter acesso a produtos biológicos e de produção sustentável (que são mais caros que os restantes).



20 MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

EIXOS

- Desenvolver a mobilidade suave como opção efetiva (ciclovias e ecovias).
- Reforçar a rede de transportes nos meios rurais, mais vasta e geograficamente abrangente.
- Criar redes de mobilidade amigas do ambiente.

AÇÕES / MEDIDAS

- Implementação da gratuitidade de transportes públicos, municipais e nacionais para todas as pessoas jovens.
- Reforço e aposta na rede de Pousadas de Juventude como resposta à mobilidade e turismo jovem acessível.
- Apostar na descarbonização dos sistemas de transportes.
- Incentivo à mobilidade elétrica individual através de benefícios fiscais na compra e manutenção de equipamentos.



PILAR | SAÚDE, CULTURA E DESPORTO



21 SAÚDE SEXUAL E DOS AFETOS

EIXOS

- Educar para a saúde sexual dirigida a todas as orientações sexuais e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.
- Fortalecer a autoconfiança e amor próprio.
- Capacitar para a gestão das emoções nas relações e combater a violência no namoro.

AÇÕES / MEDIDAS

- Promoção de uma educação sexual e dos afetos na componente de Cidadania e Desenvolvimento nas escolas.
- Combate à pressão entre pares para ter um corpo perfeito, patente no aumento de cirurgias estéticas e sentimentos depressivos nas pessoas jovens.
- Renomeação e desconstrução das consultas de planeamento familiar para consultas de saúde sexual, dirigindo-as a ambos os sexos.



22 SAÚDE MENTAL DE QUALIDADE

EIXOS

- Combater o estigma das doenças mentais.
- Prevenir consumos abusivos (substâncias psicotrópicas, jogo e apostas online, videojogos).
- Criar e otimizar medidas de apoio biopsicossociais com base nas dimensões particulares da juventude.

AÇÕES / MEDIDAS

- Criação de gabinetes de apoio jovem no domínio da saúde mental, discretos e informais, nas escolas e municípios.
- Promoção de campanhas nas plataformas digitais sobre consumos abusivos e dependência de ecrãs.
- Aposta na literacia para o diagnóstico de sinais e riscos de patologias do foro mental.
- Capacitação de jovens em meio escolar para a promoção do bem-estar físico e psicológico através de uma aprendizagem social e emocional, em contexto de atividades de artes plásticas, performativas, relaxamento, meditação e atividade física.





23 TALENTO JOVEM

EIXOS

- Apoiar jovens criadores/as e autores/as.
- Apostar na criatividade e no espírito empreendedor dos/as jovens.

AÇÕES / MEDIDAS

- Apostar em residências artísticas e *Hubs Criativos*, espaços de inovação, partilha e aquisição de competências e de desenvolvimento e apresentação de projetos artísticos de jovens.
- Desenvolvimento de programas de criação de projetos e aceleração de ideias para jovens autores/as e criadores/as.
- Retoma de programas do Estado de apoio a jovens artistas e criadores.



24 ACESSO À CULTURA

EIXOS

- Promover o acesso universal à cultura.
- Investir na literacia cultural.

AÇÕES / MEDIDAS

- Investimento num programa jovem de cultura para todos/as nas escolas - à semelhança do “Desporto Escolar” -, que promova e inclua as diferentes artes e expressões culturais, em todos os graus de ensino.
- Desenvolvimento de um mecanismo de aproveitamento de “lugares vazios” em salas de espetáculos e recintos desportivos por jovens com menos oportunidades.
- Apostar na gratuitidade no acesso a equipamentos desportivos e culturais do Estado para os/as jovens artistas.



25 DESPORTO PARA TODOS/AS

EIXOS

- Apostar na diversidade de modalidades desportivas.
- Promover o desporto inclusivo para jovens portadores/as de deficiência.

AÇÕES / MEDIDAS

- Promoção de abordagens ao *fair play* desportivo, ao combate ao racismo e ao discurso violento, para as camadas jovens na componente de Cidadania e Desenvolvimento nas escolas.
- Investimento em modalidades desportivas diversas em todo o território para garantir um acesso mais equitativo às mesmas.
- Promoção do acesso sem limitações à prática desportiva, reforçando os apoios ao desporto para pessoas com deficiência (que acarretam mais investimentos) e integrando-as em clubes desportivos beneficiados para o efeito (discriminação positiva) e não em apenas em organizações de pessoas com deficiência.
- Inclusão da prática desportiva obrigatória em todos os ciclos escolares e no ensino superior, como parte do programa pedagógico.

